

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.922 - RS (2018/0287119-2)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : UNIÃO  
**RECORRIDO** : CARLOS NOVOA JUNIOR  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE DANTAS MACHADO - RS100910  
**INTERES.** : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. TRÂNSITO. AUTO DE INFRAÇÃO. TESTE DO BAFÔMETRO. RECUSA. NECESSIDADE DE OUTROS MEIOS DE PROVA. ANULAÇÃO.

O art. 277, *caput* e § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro, com a redação dada pela Lei n.º 12.760/12, dispõe que ao condutor que se recusa a realizar o teste do bafômetro serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no seu art. 165.

A embriaguez deve ser demonstrada por outros meios de prova, não podendo ser atestada como decorrência automática da recusa do condutor de realizar o teste do etilômetro ('bafômetro'). Precedentes" (fl. 412e).

Alega a recorrente, nas razões do Recurso Especial, violação aos arts. 165 e 277, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro, sustentando, em síntese, que: **(a)** "não está se trata de violação ao princípio da vedação à autoincriminação, já que a recusa em se submeter ao teste do bafômetro não tem, por si só, reflexos na esfera penal, sendo a medida aplicada de cunho administrativo" (fl. 428e); **(b)** "se está aqui diante da preponderância dos direitos relacionados à vida a à preservação da integridade física, sob a perspectiva coletiva, não podendo o administrado se furtar a realizar o procedimento de fiscalização, sem qualquer punição na esfera administrativa" (fl. 428e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 457e).

A irresignação merece acolhimento.

Na origem, "CARLOS NOVOA JÚNIOR, já qualificado nos autos, ajuizou a presente ação pelo procedimento comum contra a UNIÃO FEDERAL e o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS, objetivando, inclusive em sede de tutela de urgência, a suspensão dos efeitos do AIT T045284997 e do Processo de Suspensão do Direito de Dirigir - PSDD n. 2013/0120638-5. No mérito, postula a anulação do referido auto de infração e do correspondente processo de

suspensão, assim como a restituição em dobro do valor pago a título de multa" (fl. 351e).

A sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos (fls. 351/359e), e foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos seguintes termos:

"Com efeito, à época dos fatos (02-09- 2012), o *caput* do art. 277 ainda estava disciplinado pela Lei 11.275/2006, cuja vigência se estendeu até 20 de dezembro de 2012 (data de publicação da Lei 12.760/2012), **o que importa dizer que a autuação do condutor pela recusa à sujeição ao teste do bafômetro dependia do envolvimento do condutor em acidente ou de motivação, pelo agente de trânsito, da autuação pela suspeita de direção sob a influência de álcool.**

No caso em exame, a penalidade aplicada pela autoridade está fundada no artigo 165 do CTB, segundo o qual, para o sancionamento da conduta do autor, era exigível que houvesse elementos probatórios do cometimento de infração (Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência), ou seja, alguma evidência de que ele - de fato - teve seu estado de consciência alterado pela ingestão de bebida alcoólica, porquanto insuficiente, para a caracterização do estado de embriaguez (hábil a ensejar a aplicação das sanções cominadas na Lei), a simples recusa em fazer o teste do etilômetro ('bafômetro').

(...)

Como bem salientou o magistrado singular, **do Auto de Infração verifica-se que o autor foi autuado pelo simples fato de ter se negado ao teste do etilômetro, não havendo qualquer observação que permita concluir que o condutor apresentava sinais de embriaguez.** Assim, correta a sentença que anulou o auto de infração de trânsito em apreço (T045284997) e, por conseguinte, o processo administrativo n. 2013/0120638-5, no qual foi aplicada a penalidade de suspensão do direito de dirigir decorrente do aludido AIT e condenou a União a restituir ao Autor a importância de R\$ 957,70, acrescida de atualização monetária" (fls. 410/411e).

Tal entendimento, todavia, merece reforma.

O acórdão recorrido encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de validar a aplicação de sanção administrativa decorrente da mera recusa em realizar teste que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, uma vez que a sanção do art. 277, § 3º, do CTB dispensa demonstração da embriaguez por outros meios de prova.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. ETILÔMETRO OU BAFÔMETRO. RECUSA EM SE SUBMETER AO EXAME. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. CONFIGURAÇÃO. ARTS. 165 E 277, §3º, DO CTB. AUTONOMIA DAS INFRAÇÕES. IDENTIDADE DE PENAS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - **A recusa em se submeter ao teste do etilômetro (bafômetro) não presume a embriaguez prevista no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, tampouco se confunde com a infração lá estabelecida, configurando violação autônoma, apenas cominada de idêntica penalidade.**

III - Recurso Especial Provido" (STJ, REsp 1720060/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/12/2018).

"ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. TESTE DO ETILÔMETRO. RECUSA. ESTADO DE EMBRIAGUEZ NÃO EVIDENCIADO. DESNECESSIDADE. ARTS. 277, § 3º, E 165 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. INFRAÇÕES DIVERSAS. PENALIDADE PELA SIMPLES RECUSA. POSSIBILIDADE. REGULARIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PRECEDENTE.

I - Na origem, trata-se de ação declaratória de nulidade de auto de infração que aplicou a penalidade estabelecida no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, ante a recusa do condutor do veículo na realização do teste do etilômetro (bafômetro).

II - A controvérsia travada nos autos cinge-se à possibilidade da aplicação da penalidade administrativa decorrente da simples recusa na realização do teste do etilômetro, bem como na imprescindibilidade de outro meio de prova da influência de álcool ou outra substância psicoativa, a fim de configurar a infração de trânsito prevista no art. 277, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro - de acordo com a redação dada pela Lei n. 11.705/2008.

III - **A recusa em se submeter a testes de alcoolemia, apesar de ser, per si, insuficiente à configuração da embriaguez do condutor do veículo - infração administrativa diversa, tipificada no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, impõe a aplicação das mesmas penalidades previstas no referido dispositivo legal, conforme estabelece o art. 277, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro.**

IV - A evidência do estado de embriaguez do infrator apenas é imprescindível, quando não realizado o teste do etilômetro, para caracterizar a infração prevista no supracitado art. 165, mas desnecessária para a infração do art. 277, § 3º, em razão da singularidade das infrações, embora impostas as mesmas sanções.

Precedente: REsp 1.677.380/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Julgado em 10/10/2017.

V - Recurso especial provido para reconhecer a regularidade do auto de infração" (STJ, REsp 1.758.579/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TESTE DE ALCOOLEMIA, ETILÔMETRO OU BAFÔMETRO. RECUSA EM SE SUBMETER AO EXAME. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. ART. 277, § 3º, C/C ART. 165 DO CTB. AUTONOMIA DAS INFRAÇÕES. IDENTIDADE DE PENAS. DESNECESSIDADE DE PROVA DA EMBRIAGUEZ. INFRAÇÃO DE MERA CONDUTA. DEVER INSTRUMENTAL DE FAZER. PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO. INAPLICABILIDADE. OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO REFORÇADA.

1. Em recente julgamento do REsp 1.677.380/RS, relator Ministro Herman Benjamin, ocorrido em 10.10.2017 e publicado no DJe 16.10.2017, a Segunda Turma do STJ firmou entendimento de que, tendo em vista a necessidade de punição do descumprimento do dever positivo previsto no art. 277 do CTB, como infração de mera conduta, a recusa em se submeter ao teste de alcoolemia resulta na aplicação da mesma penalidade prevista para a sanção administrativa do art. 165 do CTB.

2. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.719.584/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/11/2018).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento ao Recurso Especial**, para julgar improcedente o pedido inicial.

Custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), pela parte autora.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua

sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

